

ACTES DU COLLOQUE DE L'ADMEE-EUROPE

ACTES DU 28ÈME COLLOQUE QUI S'EST TENU EN JANVIER 2016 À LISBONNE

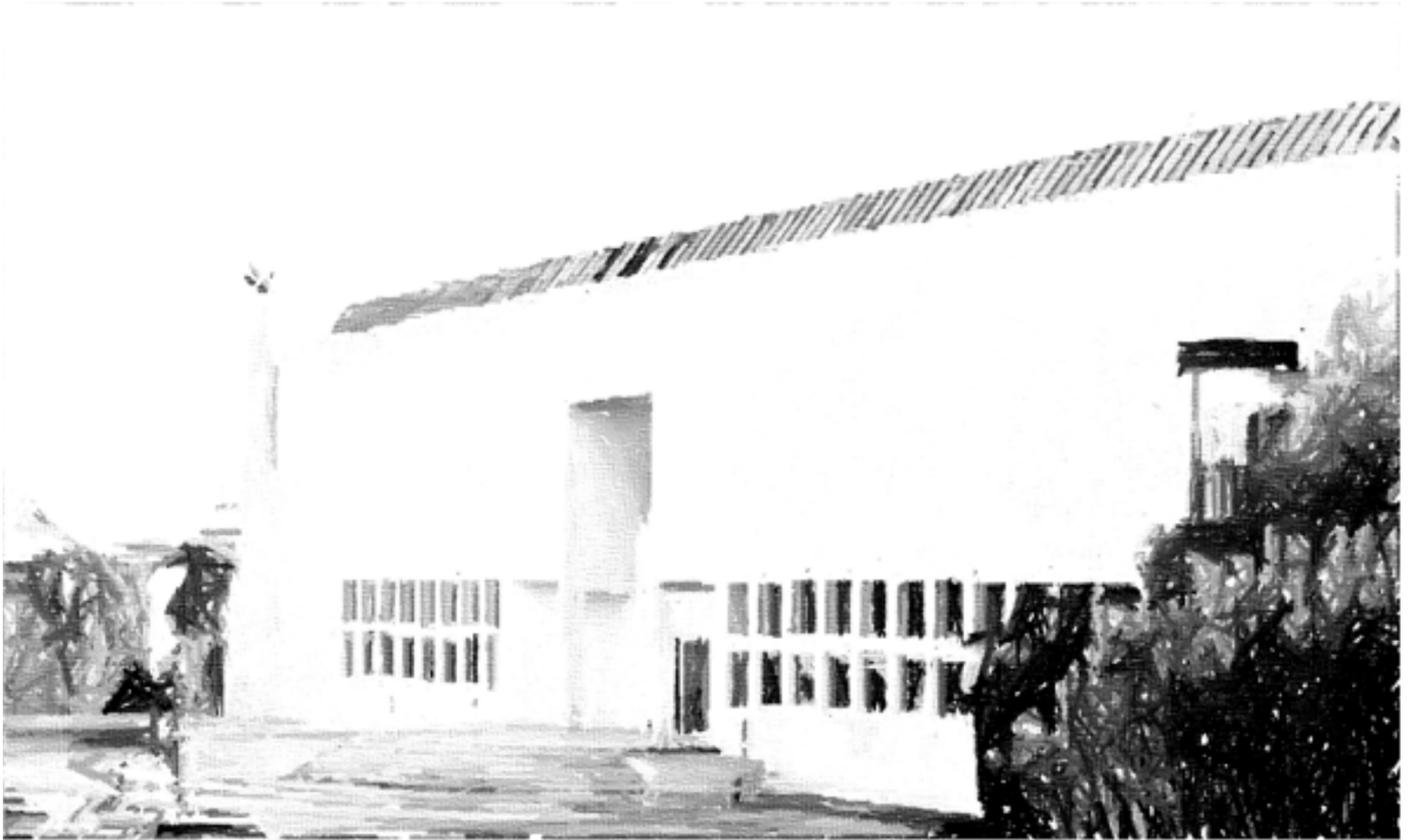


AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

ÉVALUATIONS ET APPRENTISSAGES

ORGANIZADORES:

Carmen **CAVACO** (Coordenação)
Natália **ALVES**
Paula **GUIMARÃES**
Christophe **DIERENDONCK**
Palmira **ALVES**
André **MACHADO**
Pedro **RODRIGUES**
Marcelo **MARQUES**
Catarina **PAULOS**



TÍTULO / TITRE

**AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM
ÉVALUATIONS ET APRENTISSAGES**

ORGANIZADORES: Carmen **CAVACO** (Coordenação), Natália **ALVES**, Paula **GUIMARÃES**, Christophe **DIERENDONCK**, Palmira **ALVES**, André **MACHADO**, Pedro **RODRIGUES**, Marcelo **MARQUES &** Catarina **PAULOS**

ISBN: 978-989-20-6591-5

© 2016
Universidade de Lisboa
Instituto de Educação
Alameda da Universidade, 1649-013, Lisboa
ALL RIGHTS RESERVED

TENSÕES DE UM AGIR AVALIATIVO EM MUTAÇÃO NA ESCOLA ATUAL (ID 146)

SILVESTRE, Maria José, Universidade de Évora, (PT)

GOMES, Sónia, Universidade de Évora, (PT)

CID, Marília, Universidade de Évora, (PT)

SARAGOÇA, José, Universidade de Évora, (PT)

FIALHO, Isabel, Universidade de Évora, (PT)

RESUMO

Este estudo pretende contribuir para a problematização e o enriquecimento do debate académico sobre os efeitos das mudanças, ao nível das políticas de avaliação nas práticas pedagógicas. O seu objetivo central é identificar, descrever e analisar efeitos das medidas de política educativa da última década no agir avaliativo docente. A investigação teve por base a análise de Relatórios da Avaliação Externa de Escolas (AEE), bem como as perceções de docentes dos ensinos básico e secundário sobre a avaliação discente.

Metodologicamente, o estudo comporta uma componente empírica, que integrou a análise de conteúdo de Relatórios da AEE de dez unidades de gestão escolares (UGE), com vista à identificação de (boas) práticas ao nível da avaliação das aprendizagens, e a aplicação e análise de questionários a docentes dos ensinos básico e secundário, com vista à clarificação das suas perceções relativamente às práticas assumidas nas escolas, aos problemas, tensões e desafios que se colocam, atualmente, aos práticos.

A partir da análise cruzada das informações explícitas e implícitas provenientes dos Relatórios da AEE e dos inquéritos aplicados, procurámos respostas para a questão central do estudo: Quais os principais efeitos das alterações introduzidas nas políticas educativas na última década a nível das práticas pedagógicas avaliativas? Para tal, estabelecemos como objetivos de investigação:

- (i) Conhecer as perceções dos professores sobre os efeitos das alterações introduzidas nas políticas educativas da última década, a nível das práticas pedagógicas avaliativas;
- (ii) Identificar eventuais tensões existentes nas escolas, resultantes da avaliação discente;
- (iii) Identificar boas práticas avaliativas, valorizadas pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC);
- (iv) Identificar novos desafios que se colocam aos professores, na área da avaliação discente.

Centrando-nos no paradigma interpretativista, levámos a cabo uma abordagem mista. Conceptualmente, assumimos que o conhecimento científico emerge, nesta investigação, do resultado das interpretações dos investigadores acerca das perceções manifestadas quer pelos atores escolares (no inquérito por questionário), quer pelas equipas avaliativas (nos relatórios da AEE).

Quanto às técnicas de recolha de dados, optámos pelo inquérito por questionário e pela análise documental. Na interpretação dos dados recolhidos seguimos a técnica da análise de conteúdo, a partir da prévia identificação de categorias e subcategorias identificadas numa matriz de categorização.



Os critérios de seleção das UGE e dos inquiridos foram os seguintes: (1) UGE avaliadas externamente em dois ciclos avaliativos da AEE; (2) região da área territorial da IGEC; (3) região Alentejo: a área de influência da Universidade de Évora; (4) docentes em exercício de funções em UGE do Alentejo, provenientes de diversos níveis de ensino e grupos disciplinares.

O estudo foi realizado em 10 escolas/agrupamentos de escolas do ensino não superior, da região Alentejo. Foram inquiridos 20 docentes, através da aplicação de um inquérito por questionário.

A análise dos resultados obtidos através da inquirição permite-nos afirmar que os docentes não se sentem totalmente confortáveis quando têm de avaliar as aprendizagens dos seus alunos, até pela consciência assumida de que toda a avaliação comporta, sempre, algum grau de subjetividade e o risco de alguma “injustiça”. Contribuem para esse desconforto: (1) a contínua alteração à legislação; (2) a inexistência de práticas de acompanhamento/supervisão da avaliação discente; (3) a submissão a critérios de avaliação, definidos pelos conselhos pedagógicos, nem sempre totalmente compreendidos; (4) o isolamento da profissão docente e a ausência ou insuficiente reflexão e debate nas estruturas intermédias, sobre as questões da avaliação das aprendizagens; (5) o efeito normativo da avaliação sumativa externa; (6) a crescente heterogeneidade das turmas, aliada ao excessivo número de alunos por turma; (7) a extensão e desarticulação sequencial dos programas das disciplinas, em contraponto com a escassez de horas letivas semanais; (8) a dificuldade de articulação da avaliação formativa com a avaliação sumativa interna.

A análise dos Relatórios da AEE, nos dois ciclos avaliativos, permitiu-nos verificar que os relatórios mais recentes identificam um maior número de UGE com boas práticas avaliativas: (1) a conjugação das modalidades diagnóstica, formativa (esta “realizada de forma contínua e sistemática”) e sumativa na avaliação dos alunos, cada uma com papel preponderante na regulação das aprendizagens; (2) as práticas colaborativas entre docentes (de modo a uniformizar procedimentos, instrumentos e critérios) que garantem a equidade do processo avaliativo; (3) “o recurso regular à auto e à heteroavaliação, bem como a avaliação global do grupo, efetuada em conselho de docentes” enquanto mecanismos que atribuem consistência ao processo avaliativo na educação pré-escolar; (4) “o uso difundido, por parte dos docentes, de uma folha de cálculo com as ponderações dos diferentes instrumentos usados [na avaliação sumativa] e que é divulgada aos alunos” enquanto mecanismo que confere rigor, equidade e transparência ao processo; (5) a reflexão permanente sobre o processo avaliativo bem como a supervisão da aplicação dos critérios de avaliação nas estruturas intermédias; e (6) “a avaliação sumativa trimestral [que] tem como referência as metas de sucesso estabelecidas para cada disciplina”, permitindo “uma monitorização mais objetiva dos resultados e das estratégias implementadas e a sua reformulação”.

Todavia, como aspetos menos conseguidos ao nível da avaliação dos alunos foram referenciados: (1) a “atuação divergente dos docentes”; (2) a não generalização de práticas colaborativas (regulares e sistemáticas) que garantam a adoção de “mecanismos de calibragem dos instrumentos de avaliação” e que permitam “aquilatar do grau de coerência entre práticas de ensino e os resultados alcançados”, imprimindo confiança à avaliação interna e aos resultados escolares; e, por último, (3) o facto de a avaliação formativa não ser “assumida, na generalidade, como mecanismo para a monitorização do currículo e para a eficácia das práticas letivas”.

Pelo exposto, transparece que na escola atual, na última década, o agir avaliativo dos docentes tem vindo a sofrer alterações (muitas delas potenciadas pelas opções do poder político), ainda que efetivamente persistam no tempo grande parte das tensões que têm dificultado a implementação



de uma avaliação ao serviço da retificação de procedimentos e do reajuste do ensino em função dos objetivos fixados.